

Ulysses faz consultas sobre sistema de governo e mandato

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, iniciou ontem consultas aos militares sobre o sistema de governo e o mandato do Presidente José Sarney, visitando o Ministro Chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, e o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Otávio Moreira Lima. Após diversos encontros em busca de consenso, Ulysses sentiu uma tendência favorável ao parlamentarismo, com cinco anos de mandato. Antes da votação, ele pretende ouvir o Presidente Sarney.

Após 40 minutos de conversa com o Presidente da Constituinte, Moreira Lima afirmou que "tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo são aplicáveis ao Brasil", mas salientou que "a precipitação da sucessão presidencial agravaria os problemas do País". Embora favorável aos cinco anos, garantiu que a decisão da Constituinte será acatada pelos militares. O General Ivan de Souza Mendes não comentou o encontro.

Ulysses já consultou alguns Governadores e lideranças da Constituinte, como o Senador

Jarbas Passarinho (PDS-PA) e o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE). Na sexta-feira, ouviu o grupo parlamentarista liderado pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP), que insistiu no mandato de quatro anos. Na manhã de ontem, Ulysses discutiu o assunto com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique.

Embora reconheça ser difícil o entendimento, Ulysses continuará os contatos até o dia da votação do sistema de governo, provavelmente na quarta-feira. Garantiu que seguirá a posição

da maioria da bancada do PMDB, mesmo que ela seja favorável ao parlamentarismo.

O Presidente da Constituinte disse ainda que está preocupado com a possibilidade da questão cair no chamado "buraco negro" — quando nenhuma das propostas consegue maioria para ser aprovada e a nova Carta corre o risco de omitir-se sobre o tema.

Segundo o Ministro da Habitação, Prisco Viana, foi para ficar longe das negociações que o Presidente Sarney viajou a Fernando de Noronha, neste fim de semana.

Telefoto de Beth Munhoz



Moreira Lima (à esquerda) disse a Ulysses que só discute a oportunidade da eleição presidencial

Moreira Lima reitera preferência por 5 anos

BRASÍLIA — Depois de uma conversa de 40 minutos com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sobre sistema de governo e duração do mandato do Presidente José Sarney, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Otávio Moreira Lima, disse em entrevista que considera tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo "perfeitamente aplicáveis no Brasil", e reafirmou seu apoio aos cinco anos.

— Face a crise que o País atravessa — observou —, a precipitação de uma sucessão presidencial agravaria os problemas atuais que enfrentamos. Mas é inquestionável que a decisão da Constituinte será acatada pelos militares.

Moreira Lima demonstrou esta preocupação logo no início da entrevista, quando fez a defesa dos cinco anos de mandato.

— Esta posição é antiga. É evidente que sou um homem do Governo e tenho que transmitir as

preocupações com os possíveis desdobramentos de uma eleição este ano. Mas isso não significa confronto, nem que o Congresso não tenha soberania. É uma posição franca, serena, essa manifestação de preocupação. Agora, a decisão cabe à consciência dos parlamentares.

Ante a insistência de perguntas sobre se os militares acatarão a decisão da Constituinte, Moreira Lima respondeu com firmeza:

— Isso é inquestionável. Não pairam dúvidas a respeito. A pergunta é fora de propósito.

Em seguida, lembrou que os militares têm o direito de opinar.

— Todos os setores da sociedade não se manifestam? Por que não podemos fazer o mesmo? Temos este direito. Expressamos uma opinião. A decisão cabe aos Constituintes.

O Ministro voltou a explicar a razão por que defende os cinco anos de mandato para Sarney.

— Uma eleição este ano trará dificuldades ao Governo, como problemas para a negociação da dívida externa, falta de tempo para a elaboração das leis complementares, uma série de entraves que serão motivo de agravamento da crise econômico-financeira. Se fosse deflagrada este ano a campanha presidencial, as negociações externas ficariam paralisadas, os investimentos internos não deslançariam. O País pararia durante a sucessão.

A pergunta sobre se é parlamentarista, respondeu:

— Eu não sou propriamente um parlamentarista. Mas acho que ambos os sistemas são perfeitamente aplicáveis no Brasil. Aí caberá uma decisão da Constituinte.

O Ministro negou que o parlamentarismo tenha a preferência dos militares:

— Uma informação desta não tem qualquer consistência, porque não existe este tipo de pesquisa no meio militar.

Grupo de Covas insiste em 4 anos

Depois de contatos com diversos setores, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ao grupo parlamentarista liderado pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP) que sente crescer a possibilidade de um acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos para o Presidente José Sarney. O novo sistema seria instituído no último ano do Governo.

O grupo ouviu este comentário na sexta-feira à noite, quando fora até a casa de Ulysses manifestar apoio ao parlamentarismo com quatro anos para o atual mandato presidencial.

Ulysses chegou à conclusão sobre a viabilidade do novo acordo depois de manter contatos com empresários, militares e congressistas, como o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Ele deixou claro, porém, que não está assumindo pessoalmente a defesa da proposta. Deseja apenas esgotar todas as hipóteses de entendimento, dada a complexidade da matéria. Dirigindo-se ao Senador Mário Covas, disse que gostaria de conhecer a posição dos parlamentaristas do PMDB.

O grupo expôs o seguinte: em primeiro lugar, considera em separado as questões sistema de governo e duração do mandato; por fim, não abre mão do mandato de quatro anos, mas aceita discutir a introdução do parlamentarismo no próximo ano.

O Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que participava da reunião, criticou a proposta exposta por Ulysses:

— É mais uma manobra pelos cinco anos do que a defesa do parlamentarismo. Os cinco anos

descobriram que o grupo parlamentarista está forte e agora querem salvar o mandato de Sarney.

Os parlamentaristas do PMDB, quando da visita a Ulysses, já contam com o apoio de 137 constituintes. Até terça-feira esperam contar com 200 assinaturas no documento que, então, será entregue a Ulysses.

O Deputado Artur da Távola disse que o grupo confia em que terá o apoio do Presidente do partido, da Constituinte e da Câmara, que "sempre segue a posição da maioria".

Mas Ulysses já afirmou que não se sente obrigado a seguir a posição da maioria da bancada, porque a convenção do PMDB decidiu que os Constituintes do partido têm liberdade de opção quanto a mandato e sistema de governo.

Líder não crê em ameaça militar

O Líder do PMDB na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, não vê qualquer conotação de ameaça nas manifestações de Ministros militares em favor dos cinco anos de mandato para o Presidente da República. Ele disse ontem que, em sua opinião, as manifestações expressam somente o desejo de participação destes Ministros. Ele também que não vê qualquer possibilidade das decisões da Constituinte não serem acatadas.

Mas, mesmo dando a entender que os Constituintes estão livres de pressão, Ibsen não se arrisca a fazer uma previsão sobre a votação tanto do mandato presidencial quanto do sistema de governo. Apenas na bancada do PMDB, ele dá estimativas mais precisas, indicando maioria para o parlamentarismo e os quatro anos.

Sobre as manifestações dos militares, Ibsen acha normal que homens em funções de confiança defendam pensamento do Presidente da República. Ele argumentou também que as manifestações são de Ministros e não das Forças Armadas. Isto porque, segundo o Líder, os Ministros representam o Presidente junto às Forças Armadas e não o contrário.

Ao comentar a votação sobre o sistema de governo, Ibsen disse que ela deverá ocorrer no meio da semana que vem. Ele não quis fazer previsões sobre o resultado porque tanto o do presidencialistas quanto parlamentaristas são grupos heterogêneos, compostos de integrantes de diversos partidos e que, até agora, não possuem maioria absoluta. Segundo o parlamentarista, cada grupo deve contar com 250 votos, havendo ainda entre dez por cento e 15 por cento de indecisos.

Na questão do mandato presidencial, a situação é semelhante, mas deverá definir-se até o momento da votação que deverá ocorrer em 50 ou 60 dias.

Governador contra o regime misto

O Governador Moreira Franco disse ontem não concordar com o "presidencialismo parlamentarizado" proposto por um grupo na Assembleia. Ressaltou que a Constituinte é soberana, mas reafirmou que é presidencialista puro e classificou a idéia de "misto quente".

Sobre o interesse das Forças Armadas pelo mandato de cinco anos, o Governador fluminense entende que as recentes declarações dos Ministros militares e do SNI, em reunião no Quartel-General do Exército, em Brasília, não causam intransigibilidade. As Forças Armadas, afirmou, estão empenhadas em garantir a estabilidade das instituições democráticas e o processo de transição por que passa o País. Mas alertou que "muitos estão especulando, mais uma vez, com objetivos pessoais, com a posição tomada pelos militares".